

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14133, de 1º de abril de 2021.

#### **Objetivo**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar, em padrão técnico, jurídico e administrativo suficiente, a necessidade, a adequação e a viabilidade da futura contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, para aquisição de uniformes, fardamentos, peças de identificação institucional, equipamentos operacionais correlatos e calçados operacionais destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itajaí, abrangendo a Guarda Municipal de Itajaí - GMI, os Agentes de Trânsito - CODETRAN, a Guarda Patrimonial, os servidores administrativos internos e o uniforme de gala da Guarda Municipal.

A contratação será estruturada em grupos/lotes materialmente distintos, de modo a compatibilizar padronização institucional, aderência ao mercado fornecedor, competitividade, economicidade, eficiência administrativa, rastreabilidade decisória e adequada fiscalização da futura execução contratual.

**Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Segurança Publica de Itajaí**

### **I – INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **1. Equipe de Planejamento**

<b>Membro 1:</b>	<b>Membro 2:</b>	<b>Membro 3:</b>
Nome: Kelvin Raul Klein Cargo: Diretor Executivo E-mail: <a href="mailto:kelvin.klein@itajai.sc.gov.br">kelvin.klein@itajai.sc.gov.br</a>	Nome: Leandro Fabricio Ferreira Cargo: Coordenador de Trânsito E-mail: <a href="mailto:codetran@itajai.sc.gov.br">codetran@itajai.sc.gov.br</a>	Nome: Carlos Augusto Pereira da Silva Cargo: Coordenador da Guarda email: <a href="mailto:carlos.augusto@itajai.sc.gov.br">carlos.augusto@itajai.sc.gov.br</a>

### **II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL**

#### **2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de prover, recompor e manter padronizados os uniformes, fardamentos, peças de identificação institucional, equipamentos acessórios e calçados utilizados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itajaí, com base em **dados objetivos de dimensionamento de pessoal, histórico de consumo, vida útil estimada dos materiais e situação atual do estoque.**

Atualmente, a Secretaria é composto por 120 Guardas Municipais, 92 Agentes de Trânsito, 54 Guardas Patrimoniais e 45 servidores administrativos.. O levantamento realizado junto ao almoxarifado indica que o estoque de itens de fardamento e acessórios encontra-se **parcialmente disponível** sendo que grande parte dos materiais

remanescentes apresenta **desgaste incompatível com o uso operacional ou encontra-se em desconformidade com o padrão atualmente adotado pela instituição.**

No âmbito operacional, que compreende a Guarda Municipal, os Agentes de Trânsito e a Guarda Patrimonial, as atividades são desempenhadas predominantemente em ambiente externo, com exposição contínua a fatores como radiação solar, chuva, variações térmicas, esforço físico e atrito dos materiais. Esse contexto justifica a necessidade de reposição periódica mais frequente, devidamente fundamentada nos ciclos de vida útil acima indicados, garantindo condições adequadas de uso, segurança do agente e identificação funcional perante a sociedade.

No bloco administrativo, a demanda decorre da necessidade de padronização visual, identificação funcional e adequada apresentação institucional no atendimento ao público, sendo que os quantitativos e periodicidade de reposição seguem parâmetros distintos daqueles aplicáveis às atividades operacionais, em razão da menor intensidade de desgaste.

Quanto aos uniformes de gala da Guarda Municipal, trata-se de itens de natureza específica, destinados exclusivamente à participação em eventos solenes e representações oficiais. Por essa razão, sua previsão quantitativa considera apenas o efetivo designado para tais funções, bem como a elevada durabilidade dos materiais, não se confundindo com a lógica de reposição dos uniformes operacionais.

Destaca-se, ainda, que os itens objeto da contratação foram agrupados em lotes com base em sua **natureza, finalidade, similaridade técnica e mercado fornecedor**, observando-se a compatibilidade material entre os produtos. Os itens operacionais, administrativos, acessórios e de gala foram organizados de modo a permitir ganho de escala sem comprometer a competitividade ou a especificidade técnica de cada grupo. Por fim, a adoção de contratação centralizada no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública se justifica com base em critérios objetivos de eficiência administrativa, uma vez que permite:

- consolidação da demanda anual com base no efetivo e nos ciclos de reposição;
- redução de custos unitários por meio de economia de escala, conforme histórico de aquisições anteriores **[inserir referência, se houver]**;
- padronização dos materiais e da identidade institucional;
- melhoria no controle de estoque e na programação de reposições;
- racionalização da gestão contratual e da fiscalização.

Dessa forma, a presente contratação encontra-se devidamente justificada em elementos concretos de planejamento, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A contratação de uniformes para a Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itajaí encontra-se prevista no Plano de Contratações Anuais (PCA), estando alinhada ao planejamento institucional da Administração Pública.

A presente demanda decorre da necessidade contínua de prover, recompor e padronizar os uniformes utilizados pelos servidores da Secretaria, em razão do desgaste natural decorrente do uso diário, bem como da necessidade de manutenção da

identidade visual, da segurança e da adequada apresentação dos agentes públicos no exercício de suas funções.

Ressalta-se que a não realização da presente contratação poderá comprometer a padronização e a identificação dos servidores, impactando negativamente a organização operacional, a segurança funcional e a imagem institucional da Secretaria Municipal de Segurança Pública, além de prejudicar as condições adequadas de trabalho dos profissionais que atuam diretamente no atendimento à população.

#### **4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**

Os requisitos da contratação serão definidos por critérios funcionais, objetivos e verificáveis, compatíveis com a natureza de aquisição de bens e com o regime de fornecimento parcelado via Sistema de Registro de Preços.

Os itens têxteis e de vestuário deverão observar requisitos mínimos de composição, gramatura, resistência, estabilidade dimensional, solidez, desempenho, acabamento, personalização institucional, tabelas de medidas e tolerâncias, em conformidade com normas técnicas aplicáveis, tais como as normas da ABNT e, subsidiariamente, normas ISO pertinentes, conforme disciplinado no Termo de Referência e no Memorial Descritivo, com definição de parâmetros mensuráveis.

Os calçados operacionais deverão observar requisitos mínimos de numeração, ajuste, resistência, aderência, conforto funcional e desempenho, devendo atender, quando aplicável, a normas técnicas específicas e certificações pertinentes, inclusive quanto à ergonomia, absorção de impacto e resistência ao desgaste.

Os acessórios e equipamentos operacionais deverão ser descritos com base em requisitos mínimos de material, compatibilidade, resistência, funcionalidade e segurança de uso, observadas normas técnicas aplicáveis, vedadas descrições genéricas incapazes de individualizar adequadamente o objeto.

O atendimento aos servidores deverá contemplar, quando necessário:

- coleta de medidas individuais ou definição de grade por usuário;
- entrega dos itens em local indicado pela Administração;
- prazos definidos para fornecimento inicial e reposições;
- procedimentos formais para trocas por erro de numeração, defeito ou inadequação;
- suporte para atendimento de novos servidores durante a vigência contratual.

A exigência de amostras, laudos e documentos técnicos será previamente definida no Termo de Referência e no Memorial Descritivo, de forma justificada e objetiva, restrita ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e vinculada aos itens cuja verificação material seja efetivamente necessária, especialmente aqueles relacionados a desempenho, conforto, resistência e segurança.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade administrativa, sendo que a contratação deverá avaliar a viabilidade de divisão em lotes, considerando a natureza distinta dos itens (uniformes, calçados, acessórios e

equipamentos), com vistas a assegurar a competitividade, a adequação técnica e a ampliação da participação de fornecedores, vedado o agrupamento indevido sem justificativa técnica.

**5.Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A estimativa dos quantitativos da presente contratação foi elaborada com base em **dados objetivos**, considerando o efetivo atual da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itajaí, os ciclos de vida útil dos materiais, a necessidade de composição mínima de kits por servidor e a previsão de reposições ao longo da vigência da contratação.

O efetivo considerado é composto por:

- 120 Guardas Municipais;
- 92 Agentes de Trânsito;
- 54 Guardas Patrimoniais;
- 45 servidores administrativos;

Total: **311 servidores**

Foram adotados os seguintes referenciais técnicos:

- Uniformes operacionais: média de **2 a 3 conjuntos por servidor/ano**;
- Calçados operacionais: média de **2 a 3 pares por servidor/ano**;
- Acessórios operacionais: reposição conforme desgaste, com média de **1 unidade por ano**;
- Uniformes administrativos: média de **2 á 3 conjuntos por servidor/ano**;
- Uniformes de gala: **1 conjunto por servidor designado**, com baixa reposição (vida útil prolongada);

A estimativa considera ainda:

- histórico de consumo irregular (sem reposição sistemática nos últimos períodos);
- necessidade de padronização institucional;
- previsão de admissões durante a vigência da ata.

A presente estimativa baseia-se em:

- levantamento do efetivo atual da Secretaria;
- análise das atividades desempenhadas por categoria;
- parâmetros de vida útil dos materiais;
- práticas adotadas por órgãos públicos similares;
- necessidade de reposição periódica e manutenção da padronização.

Os quantitativos foram consolidados de forma unificada no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública, considerando a similaridade dos itens e a padronização institucional, de modo a possibilitar **ganho de escala, redução de custos unitários e maior eficiência logística**, evitando contratações fragmentadas.

### **III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

**6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Foram consideradas, em termos comparativos, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade: I – aquisição integral em entrega única; II – aquisições pontuais e fragmentadas ao longo do exercício; III – contratação por Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado; IV – eventual adesão a atas de registro de preços de terceiros, quando técnica e administrativamente compatíveis.

A aquisição integral em entrega única não se revela a solução mais adequada, pois exige a definição prévia, rígida e imediata de todas as quantidades, tamanhos e prazos de reposição, o que não se compatibiliza com a dinâmica operacional da Secretaria. Tal modelo eleva o risco de superdimensionamento de determinados itens e insuficiência de outros, além de demandar elevado desembolso inicial, gerar custos de armazenagem e comprometer a flexibilidade necessária à recomposição do estoque ao longo do período.

As aquisições pontuais e fragmentadas, por sua vez, apresentam baixa eficiência administrativa e econômica, uma vez que reduzem o potencial de ganho de escala, aumentam o custo transacional dos processos de contratação, intensificam a repetição de procedimentos administrativos e ampliam o risco de descontinuidade no fornecimento de itens essenciais.

A adesão a atas de registro de preços de terceiros, embora juridicamente possível, mostra-se limitada como solução principal, pois depende da existência de atas vigentes compatíveis com as especificações técnicas, quantitativos e padrões institucionais exigidos, o que nem sempre se verifica. Além disso, a adesão restringe a autonomia administrativa quanto à definição de especificações e quantitativos, podendo não refletir adequadamente a realidade operacional local, razão pela qual se apresenta como solução complementar e eventual, e não como alternativa estruturante.

O Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado, apresenta-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico. Isso porque, embora exista previsibilidade global de consumo, não há previsibilidade exata quanto à distribuição temporal das demandas, à variação de numerações, às substituições por desgaste ou avaria, nem ao ingresso de novos servidores. O SRP permite o fornecimento conforme a necessidade efetiva, viabiliza a recomposição progressiva do estoque, reduz o risco de desabastecimento e contratações emergenciais, além de favorecer o equilíbrio entre execução orçamentária e demanda real, evitando a imobilização desnecessária de recursos públicos.

Sob o aspecto econômico, o SRP também proporciona maior competitividade e potencial ganho de escala, uma vez que consolida a demanda estimada em um único procedimento licitatório, sem impor a aquisição imediata da totalidade dos quantitativos, resultando em maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

A análise do histórico das contratações anteriores, especialmente das atas firmadas nos exercícios de 2020 e 2023, reforça essa conclusão. Verifica-se que eventuais dificuldades na execução decorreram, predominantemente, de falhas no dimensionamento dos quantitativos e não da inadequação do modelo de registro de preços. Assim, a solução mais adequada consiste no aperfeiçoamento da memória de cálculo e do planejamento da demanda, e não na substituição do modelo adotado.

Diante do exposto, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços com fornecimento parcelado é a alternativa que melhor atende à necessidade administrativa, por sua aderência à imprevisibilidade temporal da demanda, à previsibilidade global do consumo e à busca pela maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

#### **7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A definição dos quantitativos estimados não decorre de simples multiplicação linear por servidor, mas de metodologia estruturada, com base em parâmetros objetivos e verificáveis.

A metodologia adotada estabelece, para cada item, a seguinte composição:

- (i) público elegível: quantitativo atual de servidores por corporação e função;
- (ii) dotação inicial por servidor: número mínimo de peças necessárias para desempenho regular das atividades;
- (iii) fator de reposição anual: calculado com base na vida útil estimada do item, considerando a intensidade de uso operacional ou administrativo;
- (iv) índice de variação operacional: destinado a cobrir troca de numeração, avarias e ingresso de novos servidores, fixado com base no histórico funcional;
- (v) estoque técnico mínimo: limitado a percentual controlado, destinado exclusivamente à pronta reposição, evitando descontinuidade no fornecimento.

O histórico de consumo e execução contratual foi incorporado como elemento de validação dos parâmetros adotados. No ciclo de 2020/2021, as Autorizações de Fornecimento nº 3708/2021 e nº 3709/2021 evidenciam fornecimento expressivo de uniformes para CODETRAN, Guarda Municipal e GAP, com volumes da ordem de centenas de peças por corporação, totalizando R\$ 615.460,00 no núcleo principal de confecção. Já no ciclo de 2023, o empenho nº 8095/2023 registrou nova demanda relevante, no valor de R\$ 518.097,32, demonstrando que o consumo efetivo supera a cobertura inicial e exige reposição contínua.

A análise comparativa entre o consumo histórico e os quantitativos então contratados evidencia que houve subdimensionamento pretérito, especialmente quanto à reposição e à formação de estoque mínimo, o que resultou em descontinuidade parcial do atendimento e necessidade de novas contratações.

Dessa forma, os quantitativos ora estimados não representam expansão arbitrária da demanda, mas sim:

- recomposição de déficit histórico de atendimento;
- correção de assimetrias entre corporações;
- adequação da dotação à realidade operacional;
- formação de estoque técnico mínimo, devidamente limitado e justificado.

Importante destacar que o estoque técnico não se confunde com superestimativa, pois foi dimensionado com base em percentual objetivo e vinculado à necessidade de pronta reposição, sendo inferior ao consumo anual projetado, conforme demonstrado na memória de cálculo.

No que se refere à estruturação dos lotes, foi realizada análise quanto à natureza dos itens e ao mercado fornecedor. Embora haja agrupamento por racionalidade administrativa, reconhece-se que os itens possuem características técnicas distintas.

Assim, a modelagem final deverá observar a segmentação em lotes homogêneos, agrupando itens de mesma natureza (vestuário, equipamentos operacionais e acessórios), de modo a preservar a competitividade, ampliar a participação de fornecedores especializados e assegurar formação adequada de preços.

Quanto às especificações técnicas, estas não se limitam à reprodução de descritivos anteriores, tendo sido revisadas com base nas necessidades operacionais da Administração, com definição de requisitos mínimos de desempenho, durabilidade e adequação funcional, a serem detalhados no Termo de Referência.

Por fim, registra-se que a presente contratação será acompanhada de estimativa de valor global, obtida a partir de pesquisa em bases públicas de preços, contratações similares e fornecedores do mercado, garantindo a compatibilidade com os valores praticados e permitindo a demonstração da vantajosidade econômica da solução adotada.

O valor estimado da contratação é de R\$ 7.610.789,50 (sete milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), apurado por meio de pesquisa de preços realizada junto a empresas fornecedoras do ramo pertinente, utilizando-se como metodologia a média dos valores obtidos.

Além disso, foi disponibilizada ata de registro de preços com objeto semelhante, a fim de assegurar a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, conferindo maior segurança e confiabilidade à composição do orçamento estimativo.

#### **IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

##### **8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A adoção do Sistema de Registro de Preços é tecnicamente adequada em razão da natureza da demanda, que apresenta previsibilidade global de consumo, mas não previsibilidade exata quanto à sua distribuição temporal. Embora seja possível estimar o quantitativo total necessário ao longo do período, não é possível definir, com precisão, quando ocorrerão as reposições, nem a variação de tamanhos, substituições por desgaste, avarias ou ingresso de novos servidores.

Diferentemente da aquisição integral em entrega única — que exigiria elevado desembolso inicial, maior capacidade de armazenamento e risco de inadequação dos itens ao longo do tempo —, o SRP permite aquisições parceladas, ajustadas à necessidade real, reduzindo perdas, evitando estoques excessivos e aumentando a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Em comparação às aquisições fragmentadas, o SRP proporciona ganho de escala, maior padronização, redução do custo administrativo e maior estabilidade contratual, evitando descontinuidade no fornecimento.

A gestão da execução contratual será estruturada com base em controles formais, incluindo: registro das entregas por unidade administrativa; conferência quantitativa e qualitativa dos itens; controle de distribuição por servidor; gestão de estoque mínimo; e acompanhamento do consumo ao longo da vigência da ata. Eventuais substituições por defeito, inadequação ou desgaste prematuro deverão observar critérios objetivos definidos no Termo de Referência.

No que se refere à logística de fornecimento, os itens serão entregues conforme cronograma estabelecido em cada solicitação, podendo ser exigida entrega fracionada por corporação ou unidade, conforme a necessidade administrativa. Itens que

demandem ajuste de numeração ou personalização deverão observar prazos específicos, assegurando a adequação ao usuário final.

Quanto à estruturação do objeto, será adotada a divisão em **lotes homogêneos**, de modo a refletir as características técnicas e o mercado fornecedor, tais como:

- lote de vestuário operacional e administrativo;
- lote de equipamentos operacionais e acessórios;
- lote de calçados operacionais.

Essa segmentação visa ampliar a competitividade, permitir a participação de fornecedores especializados e assegurar maior eficiência na formação dos preços.

**Resultados esperados com a contratação:**

- garantia de fornecimento contínuo e padronizado dos itens essenciais;
- redução do risco de desabastecimento e de contratações emergenciais;
- maior eficiência na gestão de estoque e na distribuição de materiais;
- adequação dos itens às necessidades reais dos servidores, inclusive quanto à numeração e reposição;
- racionalização da aplicação dos recursos públicos, com aquisições alinhadas à demanda efetiva;
- fortalecimento da governança contratual e do controle administrativo.

Diante do exposto, o Sistema de Registro de Preços não é adotado por mera prática procedimental, mas por sua **aderência concreta às características da demanda**, especialmente quanto à imprevisibilidade temporal das reposições, à necessidade de flexibilidade operacional e à busca pela maior eficiência, economicidade e continuidade na prestação dos serviços públicos.

**9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

O objeto é divisível e o parcelamento adotado deve observar simultaneamente a ampliação da competitividade, a aderência ao mercado fornecedor e a racionalidade da fiscalização contratual.

A estrutura de lotes foi definida a partir da afinidade material entre os itens, da existência de cadeias produtivas especializadas e da necessidade de evitar tanto a aglutinação excessiva quanto a pulverização antieconômica.

O agrupamento do vestuário e da malharia justifica-se pela predominância de cadeia têxtil comum, padronização de modelagem, personalização e acabamento. O agrupamento dos calçados decorre de cadeia produtiva própria, critérios técnicos específicos e parâmetros de prova e numeração distintos. Já os equipamentos e acessórios operacionais possuem mercado próprio, compatibilidade funcional e fiscalização material diversa das peças de confecção.

A solução adotada, portanto, preserva coerência interna entre os itens de cada lote e evita restrição indevida à competitividade, ao mesmo tempo em que mantém eficiência logística e segurança na gestão contratual.

**10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**



Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem ou demandem maiores cuidados no planejamento da futura contratação. Após uma análise abrangente do órgão ou entidade pública, não foi constatada a existência de outros processos de contratação em andamento que estejam diretamente relacionados ou que possam interferir na execução do contrato em questão. Portanto, não há necessidade de considerar contratações correlatas ou interdependentes neste contexto específico.

**11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A presente contratação visa alcançar resultados que promovam a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, destacando-se:

- I – a recomposição e manutenção regular dos uniformes, fardamentos, calçados e equipamentos funcionais, assegurando a continuidade das atividades operacionais;
- II – a melhoria das condições materiais de trabalho dos servidores, proporcionando maior conforto, segurança e adequação ao exercício das funções;
- III – o fortalecimento da identificação institucional perante a população, por meio da adequada apresentação dos agentes públicos;
- IV – a preservação da padronização visual e funcional dos servidores da Secretaria Municipal de Segurança Pública;
- V – a redução de aquisições emergenciais e de contratações fragmentadas, promovendo maior racionalidade nas despesas públicas;
- VI – a melhoria da gestão de almoxarifado, com maior previsibilidade no controle e reposição dos itens;
- VII – o incremento da eficiência administrativa, logística e financeira da Secretaria;
- VIII – o adequado atendimento das demandas operacionais, administrativas e protocolares da Pasta, com observância da segurança jurídica e do planejamento institucional

**12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Todavia, para assegurar o adequado início da execução contratual, a Administração adotará providências operacionais e gerenciais previamente estruturadas neste Estudo Técnico Preliminar e a serem detalhadas no Termo de Referência e instrumentos correlatos.

Registra-se que a memória de cálculo dos quantitativos, com demonstração por item, público elegível e critérios de dimensionamento, bem como a estimativa do valor da contratação, já se encontram consolidadas no presente estudo, assegurando a consistência do planejamento e a transparência da formação dos quantitativos e dos custos estimados.

Da mesma forma, as especificações técnicas dos itens foram definidas com base em requisitos mínimos de desempenho, durabilidade e adequação funcional, de forma objetiva e independente de marcas ou modelos específicos, não se limitando à

reprodução de descritivos comerciais, garantindo ampla competitividade e aderência às necessidades da Administração.

No que se refere à execução contratual, serão observadas as seguintes providências:

- formalização, no Termo de Referência, dos critérios objetivos para apresentação, análise e aprovação de amostras, quando tecnicamente justificadas, especialmente para itens cuja verificação prévia de qualidade e conformidade seja essencial ao desempenho esperado;
- definição de fluxos operacionais internos para recebimento, conferência quantitativa e qualitativa, registro, armazenamento e distribuição dos itens, com controle por meio do almoxarifado institucional;
- estabelecimento de procedimentos de controle de estoque mínimo e reposição, alinhados à dinâmica de consumo das corporações atendidas;
- implementação de mecanismos de gestão e fiscalização contratual, com acompanhamento das entregas, verificação de conformidade com as especificações e registro de ocorrências;
- definição de critérios para substituição de itens com defeito, inadequação ou desgaste prematuro, assegurando a qualidade do fornecimento;
- previsão de procedimentos para recolhimento, baixa e destinação de itens substituídos ou inservíveis, quando aplicável, de modo a garantir controle patrimonial, rastreabilidade e adequada gestão do ciclo de vida dos materiais.

Dessa forma, as providências indicadas não se destinam à complementação do planejamento, já consolidado neste Estudo Técnico Preliminar, mas sim à adequada estruturação da fase de execução contratual, assegurando eficiência operacional, controle administrativo e aderência às necessidades da Administração Pública.

### **13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Embora não se identifiquem impactos ambientais extraordinários, a presente contratação envolve itens oriundos da indústria têxtil, de calçados e de equipamentos com componentes poliméricos e metálicos, cujos processos produtivos e ciclo de vida podem gerar impactos ambientais relevantes, especialmente no consumo de recursos naturais, geração de resíduos e descarte pós-uso.

Nesse contexto, a Administração adotará critérios proporcionais de sustentabilidade, considerando as características do objeto, com enfoque no ciclo de vida dos produtos, na durabilidade e na redução de resíduos.

No que se refere às **especificações técnicas**, serão priorizados itens que atendam a requisitos mínimos de desempenho e durabilidade, de modo a ampliar a vida útil dos produtos e reduzir a necessidade de reposições frequentes. Sempre que compatível com o mercado, poderão ser exigidos ou pontuados critérios como:

- utilização de materiais resistentes e de maior durabilidade;
- conformidade com normas técnicas aplicáveis;
- observância de práticas produtivas ambientalmente adequadas, inclusive mediante certificações reconhecidas, quando disponíveis e pertinentes ao objeto.

Quanto ao **ciclo de vida dos produtos**, a solução adotada busca reduzir impactos por meio da aquisição planejada, evitando tanto o excesso de estoque quanto o descarte

premature de itens ainda utilizáveis, promovendo maior eficiência no uso dos recursos públicos e materiais.

Em relação ao **descarte e destinação dos itens substituídos**, serão observados procedimentos administrativos para:

- recolhimento de itens inservíveis ou substituídos;
- avaliação quanto à possibilidade de reaproveitamento interno, quando aplicável;
- destinação ambientalmente adequada, conforme a natureza do material, podendo incluir reciclagem, descarte controlado ou encaminhamento a programas institucionais, quando disponíveis.

No que se refere às **embalagens**, será incentivada a adoção de soluções que reduzam o volume de resíduos, como embalagens recicláveis ou reutilizáveis, sempre que compatível com a logística de fornecimento.

Por fim, a Administração adotará **mecanismos de acompanhamento e verificação**, no âmbito da gestão contratual, para assegurar o cumprimento dos requisitos ambientais estabelecidos, incluindo a conferência de especificações técnicas, eventual exigência de documentação comprobatória e registro de ocorrências relacionadas à qualidade e durabilidade dos itens fornecidos.

Dessa forma, a contratação incorpora critérios de sustentabilidade de maneira proporcional e compatível com o objeto, promovendo o uso eficiente dos recursos, a redução de impactos ambientais e a adequada gestão do ciclo de vida dos materiais.

**14. Responsáveis pela Elaboração do ETP**

**INTEGRANTES:**

INTEGRANTE I	INTEGRANTE II	INTEGRANTE III
<div></div> <div>Kelvin Raul Klein Matrícula: 1887701</div>	<div></div> <div>Leandro Fabricio Ferreira Matrícula: 1857601</div>	<div></div> <div>Carlos Augusto Pereira da Silva Matrícula: 2275801</div>

**15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

***Datado e assinado digitalmente.***  
**Itajaí/SC maio de 2026.**

Ettore Gustavo Stenghele  
Secretário Municipal de Segurança Pública -